

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE OUTUBRO DE 2013****ACTA N.º 21 – 2013**

- - - Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Oleiros e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniram, em reunião ordinária a Câmara Municipal deste Município, sob a presidência do Senhor Fernando Marques Jorge, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos senhores Vereadores, António Jorge Mendes Dias, Victor Manuel da Conceição Antunes, José Alípio das Neves e Paulo Jorge Brás Urbano. -----

**1 – FALTAS -----**

Não se verificou qualquer falta. -----

**2- SECRETARIADA A REUNIÃO -----**

A reunião foi secretariada por Filipe Luís Ribeiro Mendes, Coordenador Técnico da Divisão Administrativa e Financeira. -----

**3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----****3.1 – TRIBUNAL JUDICIAL DE OLEIROS -----**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que com a publicação da Lei número sessenta e dois barra dois mil e treze de vinte e seis de Agosto, o Governo fixou as disposições da reforma do sistema judiciário. Comparando os dados constantes do anteprojecto de decreto-lei distribuído aos grupos parlamentares e parceiros sociais, que regulamenta a lei acima citada, da organização do sistema judiciário com a proposta anunciada há um ano, verificou-se entre várias coisas, que o número de tribunais a encerrar é menor e o número de secções de proximidade abrange mais concelhos. Embora se mantenha a extinção de muitos tribunais ao nível do País, certo é que o de Oleiros se irá manter, constando da lista como secção de competência genérica do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, à semelhança do de Idanha-a-Nova e Sertã. Constitui assim uma grande vitória para Oleiros e também para Proença-a-Nova, uma vez que ao abdicar da Sertã para vir para Oleiros, é motivo de regozijo pelo facto de podermos contar com esta mais valia de um serviço público, próximo do cidadão.

**3.2 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE ANTÓNIO DE ANDRADE-----**

O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer a sua deslocação à Direcção Geral dos estabelecimentos escolares, em Lisboa, onde foi portador de um levantamento de necessidades ao nível estrutural e funcional, efectuado pelo gabinete técnico deste Município, após deslocação destes ao Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade-Oleiros, em consequência da visita do executivo camarário á sede do Agrupamento. Entre várias



necessidades, constava o facto de existirem áreas de transição entre pavilhões sem cobertura e algumas dessas áreas serem ainda detentoras de telhados de fibro-cimento e amianto. Nesse mesmo dia foi desde logo disponibilizada a favor do Agrupamento uma verba um pouco superior a vinte e oito mil euros para fazer face a essas despesas. Ficou também desde logo formulado o convite para a realização de uma visita às escolas por parte da Direcção Geral. ----

### **3.3 – INSTITUTO POLITECNICO DE CASTELO BRANCO -----**

O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer que esteve presente numa reunião com a presença do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, no intuito de sensibilizar este para a abertura de uma extensão em Oleiros daquele estabelecimento por forma a reactivar profissões, dando formações mais técnicas a pessoas necessitadas, algumas por força da sua profissão. O Instituto também detinha uma maior área de abrangência e por sua vez dava cobertura a profissões mais técnicas, sendo de toda a conveniência equacionar-se e estudar-se a celebração de um protocolo mais generalista. Sobre a matéria o senhor vereador António Jorge Dias referiu, que segundo ele é de toda a conveniência existir formação e quando ela é direccionada a pessoas que no seu dia a dia trabalham com máquinas, ou que no nosso caso, uma grande maioria de pessoas se encontram no sector das madeiras, mais vantagens trás para as empresas, quando os seus empregados detêm maiores conhecimentos e por conseguinte maiores habilitações. Concorda de facto com um estabelecimento de um protocolo mais abrangente e mais generalista. -----

### **3.4 – ASSOCIAÇÃO PINHAL MAIOR -----**

O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer ao executivo que esteve presente numa reunião convocada pela Associação Pinhal Maior, da qual o Município de Oleiros, conjuntamente com os municípios da Sertã, Proença, Vila de Rei e Mação, fazem parte. Foi abordada a questão da continuidade de Oleiros e Proença nesta Associação, uma vez que por força da organização administrativa, estes dois municípios fazem agora parte da nova comunidade, deixando de fazer sentido continuar a fazerem parte da Associação Pinhal Maior. O assunto embora esteja ainda no inicio irá ser abordado em conjunto com os outros Municípios envolvidos, porque a saída destes Municípios irá acarretar problemas para a continuidade da Associação. Assim está subjacente a ideia de que a saída de Oleiros e Proença da Pinhal Maior irá obrigar seguramente estes dois municípios a optarem para a Adraces – Associação Para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, cuja situação não será de total degrado do senhor Presidente. Referiu ainda o senhor Presidente, de que espera que os interesses da Zona do Pinhal estejam acima dos interesses particulares e isolados na tomada de decisões. Também nesta reunião sensibilizou os



outros Presidentes das Autarquias, para o facto de haver necessidade de serem criadas e apoiadas medidas conjuntas como reforço da existência de um maior peso para a região e reivindicativo de novos projectos, capazes de relançar e projectar os concelhos do interior mais além. Nesta perspectiva, evocou a possibilidade de Oleiros vir a estabelecer um protocolo com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, criando este uma extensão em Oleiros, pelo que era de toda a conveniência possibilitar a vinda de estudantes para a frequência em cursos profissionais, centrando, diversificando e pautando os concelhos com áreas que possibilitem maior desenvolvimento. Está certo de que não será fácil sensibilizar os Municípios e sobretudo as pessoas, mas o que se espera é que os concelhos se compensem uns aos outros, cedendo a uns e recebendo de outros contrapartidas. Relativamente a este assunto, o senhor Vereador José Alípio diz ter sérias dúvidas quanto aos protocolos celebrados com Cabo Verde, nomeadamente os que se prendem com a vinda de alunos, uma vez que o retorno é diminuto, face ao que é investido, pelo que será por certo mais vantajoso chamar a Oleiros alunos vindos de outros concelhos tendo em vista a criação de uma extensão do Politécnico de Castelo Branco. -----

### **3.5 – SAÚDE -----**

Relativamente a esta matéria, o senhor Presidente da Câmara informou de que na próxima semana se deslocará ao Centro de Saúde de Oleiros, onde terá uma reunião com os responsáveis daquela Unidade e de Castelo Branco, onde irá apresentar e solicitar que o Centro de Saúde venha a dispor de consultas de especialidade. Em matéria de saúde, informou de que a freguesia do Estreito irá a partir da semana que vem, contar com um médico que se deslocará aquelas instalações uma ou duas vezes por semana. -----

### **3.6 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BEIXA -----**

Relativamente a esta matéria o senhor Vereador Paulo Urbano tendo estado presente na reunião da Comunidade Intermunicipal, levada a efeito em Idanha-a-Nova, deu a conhecer o estudo elaborado pela empresa Sociedade Portuguesa da Inovação, para a Comunidade tendo em vista a criação de um plano estratégico definido para o período 2014/2020 a sujeitar aos novos quadros comunitários. Este estudo está disponível no site da Comunidade para consulta. Segundo o senhor Vereador, o estudo encomendado pela CIMBB têm o mesmo cunho que aquele que foi encomendado pela CIMPIS em dois mil e sete, à empresa Augusto Mateus. O estudo teve o seu início com a deslocação da empresa aos municípios pertencentes à Comunidade e às empresas de diversos sectores, no intuito de recolher informação e auscultar estas, relativamente ao seu envolvimento e contributo no crescimento económico local e



regional, com a apresentação de ideias, projectos e iniciativas. O segundo passo desenvolve-se com a criação de acções regionais, onde se levarão a efeito debates temáticos. Estão assim marcados três reuniões, uma para o crescimento temático a realizar no dia sete de Novembro, em Proença, um segundo, sobre o crescimento sustentável, a realizar em Oleiros, no dia catorze e um terceiro debate sobre o crescimento inclusivo, a realizar em Penamacor, no dia vinte e um de Novembro. Recolher-se-ão todas estas informações e contributos para que até finais do ano seja apresentado um estudo mais conclusivo e posteriormente definir-se em cada município os projectos que mais possam contribuir em diversas áreas para o plano estratégico a sujeitar aos fundos comunitários. Sobre o assunto, o senhor Vereador António Jorge Mendes Dias, chamou a atenção de que os três inquéritos que respondeu e deixados às empresas locais não foram respondidos no intuito de recolher informação direccionada a fundos comunitários, mas sim de carácter mais generalista -----

### **3.7 – REGIME DA FRUTA ESCOLAR -----**

O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer da aprovação da candidatura da Autarquia ao regime da fruta escolar no ano escolar 2013/2014. -----

### **3.8 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES -----**

#### **3.9.1 – ENCERRAMENTO DE SERVIÇOS -----**

O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer o teor do email, datado de oito de Outubro, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento dos teores dos ofícios remetidos por aquela Associação, ao senhor Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional e á Ministra de Estado e das Finanças, relativo ao pedido de audiência para abordar o encerramento de diversos serviços públicos. -----

#### **3.9.2 – TRIBUNAL CONSTITUCIONAL -----**

O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer o teor do email, datado de vinte e três de Outubro, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento do teor da circular cento e vinte e sete barra dois mil e treze, sobre a obrigatoriedade do envio ao Tribunal Constitucional das declaração de rendimentos, bem como do património e cargos sociais do executivo camarário. -----

### **3.10 – UTILIZAÇÃO DOS ARMAZENS MUNICIPAIS -----**

O senhor Presidente da Autarquia informou, de que hoje à tarde, levará a efeito nos armazéns municipais, sita na Torna, a sua apresentação aos funcionários da Autarquia, onde oferecerá uma lanche volante, para o qual convida a vereação. -----

### **4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**



**4.1 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----****4.1.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR -----**

De acordo com o determinado na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos números, um, dois e três do seu artigo quinquagésimo sétimo, a Câmara deliberou, por unanimidade, e após leitura da acta em voz alta, aprovar a acta número vinte da reunião realizada no dia dezoito de Outubro dois mil e treze, embora venha a ser apresentada à posterior, pelo senhor vereador António Jorge Mendes Dias, declaração de voto, fazendo constar as razões justificativas, face ao modo como foi exercido o voto pelo senhor Presidente da Câmara e vereador Paulo Urbano, relativamente à proposta número noventa e dois barra dois mil e treze de dezoito de Outubro, que propõe a existência de um segundo vereador a tempo inteiro, sendo a mesma assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

**4.1.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA -----****4.1.2.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA -----**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria número duzentos e seis, datado de vinte e quatro de Outubro de dois mil e treze. Operações orçamentais – dois milhões trinta e três mil trezentos e noventa e nove euros e doze centimos; Operações não Orçamentais o montante de trezentos e setenta e nove mil cento e vinte e sete euros e oitenta e nove centimos. -----

**4.1.2.2 - PAGAMENTOS -----**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o acto pelo qual o Senhor Presidente da Câmara ordenou entre o dia onze de Outubro e o dia vinte e quatro de Outubro de dois mil e treze, o pagamento das despesas em operações orçamentais a que respeitam as ordens de pagamento compreendidas entre o número mil quatrocentos e sessenta e nove e o número mil seiscentos e oito, na importância total de duzentos e oitenta e um mil quarenta euros e vinte e quatro centimos e em operações de tesouraria no mesmo período da ordem de pagamento número cento e quinze e a ordem de pagamento número cento e trinta na importância de treze mil setecentos e setenta e um euros e quarenta e oito centimos. -----

**4.2 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS -----****4.2.1 – MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS -----****4.2.2.1 – GRANDE ROTA DO ZÊZERE -----**

Foi presente diversa documentação, proveniente do Município de Figueiró dos Vinhos e no âmbito da operação “Grande Rota do Zêzere” aprovada pelo QREN/Maicentro, incluída no PROVERE – Rede das Aldeias do Xisto” e no seguimento da deliberação desta Autarquia de



doze de Novembro de dois mil e dez, solicita o apoio financeiro na comparticipação estipulada para o investimento já realizado. A Câmara Municipal tomou conhecimento e com base na informação quinhentos e quarenta e um barra treze, de quinze do corrente mês, emitida pelo Gabinete Técnico deste Município, deliberou por unanimidade, transferir para o Município de Figueiró dos Vinhos, a importância de duzentos e doze euros e setenta e cinco centimos. -----

#### **4.2.2 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE ANTÓNIO DE ANDRADE -----**

##### **4.2.2.1 – APOIO A LIVROS ESCOLARES -----**

Foi presente o ofício com a referência trezentos e setenta e oito barra dois mil e treze, datado de quinze de Outubro do corrente ano, proveniente do Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade-Oleiros, solicitando ajuda financeira para suportar custos com a aquisição de manuais de inglês para os alunos do 1.º ciclo destinado a actividades de enriquecimento curricular. A Câmara Municipal com base na informação sessenta e cinco barra dois mil e treze, emitida pela Divisão Administrativa e Financeira do Município, deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, transferir para o Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade, a importância de cento e vinte e seis euros. -----

##### **4.2.2.2 – EQUIPAMENTO-SISTEMA DE CARTÕES ELECTRÓNICOS -----**

Foi presente o ofício com a referência trezentos e noventa e quatro, datado de vinte e três de Outubro do corrente ano, proveniente do Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade-Oleiros, solicitando ajuda financeira para suportar custos com a aquisição do equipamento necessário à implementação no Agrupamento do sistema de cartões electrónicos. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, transferir para o Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade, a importância de mil e duzentos euros. -----

#### **4.2.3 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PADRE ANTÓNIO DE ANDRADE -----**

Foi presente o ofício datado de catorze de Outubro de dois mil e treze, proveniente da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Padre António de Andrade, pelo qual solicita ajuda financeira para suportar custos com encargos decorrentes da presença de recursos humanos colocados pelo Centro de Emprego ao serviço da escola e a desempenhar serviço de limpeza e vigilância aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, por falta de meios humanos afectos ao Ministério da Educação. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de



12 de Setembro, transferir para a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade, a importância de três mil quatrocentos e quarenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos. Mais deliberou celebrar um protocolo com a referida Associação, conferindo poderes ao senhor Presidente da Câmara, para outorgar o respectivo protocolo. -----

#### **4.3 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----**

##### **4.3.1 – EMPREITADAS E FORNECIMENTOS - -----**

##### **4.3.1.1 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO -----**

##### **4.3.1.1.1 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ILUMINAÇÃO DE NATAL -----**

Foi presente a informação número quinhentos e cinquenta e dois, barra treze, datada de vinte e três do corrente mês de dois mil e treze, proveniente do Gabinete Técnico da Câmara Municipal, a qual fica arquivada junto ao processo concursal. A Câmara Municipal com base na informação técnica referida, deliberou, por unanimidade, atribuir parecer prévio favorável ao procedimento para efeitos de celebração do contrato para a prestação de serviços “Iluminação de Natal 2013”, nos termos definidos na informação acima citada, até ao valor estimado de 11.800,00€, acrescido do IVA. O presente parecer foi emitido em conformidade com o previsto na Portaria nº. 9/2012, de 10 de Janeiro, conjugado com o disposto nos artigos 19.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis nº. 48/2011, de 26 de Agosto, 60-A/2011 de 30 de Novembro, artigos 20.º e 26.º da Lei nº. 64-B/2011, de 30 de Dezembro que aprova OE para 2012 e artigo 75.º da Lei nº. 66-B/2012, de 31 de Dezembro de 2012.-----

##### **4.3.1.2 – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS DE CONCURSOS -----**

##### **4.3.1.2.1 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELECTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICIPIO DE OLEIROS-JANEIRO 2014 A MAIO 2014 -----**

Foi presente a proposta número cento e um barra dois mil e treze, pela qual o senhor Presidente da Câmara, propõe a abertura de procedimento por ajuste directo para a prestação de serviços “Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do município de Oleiros – Janeiro 2014 a Maio 2014”. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta número cento e um barra dois mil e treze, nos termos apresentados, procedendo à abertura de procedimento por ajuste directo, nos termos do nº. 1 do artigo 36º e do artigo 38.º, do Código dos Contratos Públicos, e alínea a), do artigo 18.º do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, para a prestação de serviços “Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do



Município de Oleiros – Janeiro 2014 a Maio 2014”, bem como o tipo de procedimento, o qual se enquadra nos termos, da alínea a) do nº. 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, assim como tipo de convite, especificações técnicas, caderno de encargos, requisitos da proposta e critérios de adjudicação. -----

#### **4.3.1.2.2 – ILUMINAÇÃO DE NATAL -----**

Foi presente a proposta número cento e dois barra dois mil e treze, pela qual o senhor Presidente da Câmara, propõe a abertura de procedimento por ajuste directo para a prestação de serviços “Fornecimento de Iluminação de Natal 2013”. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta número cento e dois barra dois mil e treze, nos termos apresentados, procedendo à abertura de procedimento por ajuste directo, nos termos do nº. 1 do artigo 36º e do artigo 38.º, do Código dos Contratos Públicos, e da alínea a), do artigo 18.º do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, para a prestação de serviços “Fornecimento de Iluminação de Natal”, bem como o tipo de procedimento, o qual se enquadra nos termos, da alínea a) do nº. 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, assim como tipo de convite, especificações técnicas, caderno de encargos, requisitos da proposta e critérios de adjudicação.

#### **4.3.1.3 - ADJUDICAÇÕES -----**

##### **4.3.1.3.1 – REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE OLEIROS -----**

Foi presente à Câmara Municipal a proposta número cento e quatro, barra dois mil e treze, datada vinte e três de Outubro do corrente ano, do Gabinete Técnico da Câmara Municipal. Com base no relatório final do júri do procedimento, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta número cento e quatro barra dois mil e treze e adjudicar à Firma, Lourantunes, Construções Antunes e Lourenço, Lda, contribuinte 502944056, com sede em Oleiros, a empreitada “Requalificação da Ribeira de Oleiros”, pelo valor da sua proposta de cento e trinta e oito mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, autorizando a respectiva despesa. Mais deliberou por unanimidade aprovar a minuta para a celebração do respectivo contrato. -----

##### **4.3.1.3.2 – PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL ENTRE CARVALHAL/ESTREITO E VILAR BARROCO -----**

Foi presente à Câmara Municipal a proposta número cento e três, barra dois mil e treze, datada vinte e quatro de Outubro do corrente ano, do Gabinete Técnico da Câmara Municipal. Com base no relatório final do júri do procedimento, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta número cento e três barra dois mil e treze e adjudicar à Firma, Diamantino Jorge & Filho, Lda, contribuinte 501268146, com sede em Sertã, a empreitada



“Pavimentação do Caminho Municipal entre Carvalhal/Estreito e Vilar Barroco”, pelo valor da sua proposta de, trezentos e catorze mil oitocentos e vinte e quatro euros e oitenta e nove cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, autorizando a respectiva despesa. -----

#### **4.3.2 – OBRAS PARTICULARES -----**

##### **4.3.2.1 – PROJECTOS DE ARQUITECTURA -----**

###### **4.3.2.1.1 – NOVA FLORESTA-SERVIÇOS E GESTÃO FLORESTAL,LDª-----**

Presente o processo número L dezanove ponto treze, titulado pela Nova Floresta-Serviços e gestão Florestal,Ldª, relativo à construção de um muro de vedação de um propriedade no lugar de Brejo, freguesia e concelho de Oleiros, descrito na Conservatória do Registo Predial de Oleiros sob o número 5567/20090505, acompanhado da informação técnica quinhentos e trinta e um, ponto treze, datada de dez de Outubro de dois mil e treze, do Gabinete Técnico deste Município. A Câmara Municipal tomou conhecimento e com base na informação técnica acima referida, deliberou por unanimidade, notificar o requerente informando este de que somente se pronunciará sobre o processo, objecto de análise, após haver sido concluído o processo que se encontra a decorrer nos meios judiciais. -----

##### **4.3.2.2 – AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO -----**

###### **4.3.2.3.1 – SILVAPA, ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÓNIOS,LDª -----**

Com base na informação número quinhentos e cinquenta, ponto treze, a que diz respeito o processo número L vinte, ponto treze, datada de vinte e um de Outubro de dois mil e treze, do Gabinete Técnico deste Município, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade e uma vez que o edifício se encontra licenciado pelo alvará de utilização nº. 23/1995, deferir, emitido ao requerente a licença de utilização relativa à alteração de uso do prédio industrial/habitacional. –

#### **4.3.3 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA-----**

##### **4.3.3.1 - URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO-DECRETO-LEI Nº. 555/99 DE 16 DE SETEMBRO, ALTERADA PELO DECRETO-LEI Nº. 26/2010 DE 30 DE MARÇO. -----**

Foi presente ao executivo a proposta número cem barra dois mil treze, datada de dezoito de Outubro corrente, subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, cujo teor é o seguinte: A fim de garantir uma maior funcionalidade no desenvolvimento da actividade municipal e celeridade na prestação de serviços aos munícipes, proponho que sejam delegadas no Presidente da Câmara as seguintes competências, previstas na legislação supra mencionada: A concessão da “licença administrativa” a que se refere o nº. 2 do artigo 4º, em conjugação com o previsto no nº. 1, do artigo quinto do Decreto-Lei nº.26/2010, de 30 de Março. A Câmara Municipal deliberou por



unanimidade aprovar a proposta número cem barra dois mil e treze, nos termos apresentados e propostos. -----

#### **4.3.3.2 – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DE VISTORIA -----**

Foi presente ao executivo a proposta número noventa e nove barra dois mil treze, datada de dezoito de Outubro corrente, subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, cujo teor é o seguinte: A fim de garantir uma maior funcionalidade no desenvolvimento da actividade municipal e celeridade na prestação de serviços aos munícipes, proponho que sejam delegadas no Presidente da Câmara as seguintes competências, previstas na legislação supra: Determina o artigo 65.º do diploma supra citado, que a vistoria para a obtenção da licença de utilização, seja efectuada por uma comissão composta, no mínimo por três técnicos, a designar pela Câmara Municipal, dos quais, dois devem ter formação e habilitação legal para assinar projectos correspondentes à obra objecto de vistoria. Assim, proponho que a Comissão de vistorias a que se refere o artigo 65.º do Diploma acima citado, seja constituída por: Nuno Miguel dos Santos Abelho Alves – Arquitecto; Cláudia Sofia Brito Lima Rodrigues – Arquitecta; Manuel Alberto Forte Gomes Tavares – Engenheiro; João Manuel Martins Alves – Engenheiro; Raquel Sofia Gonçalves Luís – Engenheira Civil; João Manuel Mendes Alves – Assistente Técnico; Inês Cartier Carvalho Fernandes – Topografo. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta referida. -----

### **5 – DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL -----**

#### **5.1 – RELATÓRIOS DAS INFRAESTRUTURAS -----**

O senhor Presidente da Câmara munido do relatório fornecido pelo pessoal afecto à infra-estruturas, das piscinas municipais, do mês de Setembro, deu a conhecer os elementos estatísticos constantes do mesmo. Atendendo à pouca afluência registada neste mês e embora se registre alguns contratempos nesta altura, foi deliberado por unanimidade que se deve fazer uma maior divulgação das condições existentes e sobretudo criar atractivos e incentivar a população, rentabilizando os espaços e o pessoal ali colocado. -----

#### **5.2 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ESCOLARES -----**

##### **5.2.1 -REFEIÇÕES -----**

O senhor Presidente da Câmara munido de uma informação do Gabinete de Acção Social do Município deu a conhecer a listagem de dois alunos, um do 1º ciclo e um do secundário, cujos processos deram entrada no Gabinete de Acção Social, solicitando apoio escolar ao nível das refeições escolares. A Câmara Municipal, com base na referida informação e no cumprimento da proposta número setenta e nove barra dois mil e treze, aprovada em nove de Agosto passado



pelo executivo, deliberou por unanimidade, assegurar com início a um de Novembro próximo os encargos resultantes das refeições escolares dos referidos alunos, verificado que foi serem alunos sem escalão, cujo rendimento per capita do agregado familiar não ultrapassa o valor indexado ao salário mínimo nacional. -----

### **5.2.2 – TRANSPORTES -----**

Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal datada de dezassete de Setembro do corrente ano, acompanhada do requerimento apresentado pela senhora Madalena Maria Henriques Dias, solicitando apoio financeiro para o transporte escolar do seu filho, que frequenta um estabelecimento escolar em Castelo Branco, por inexistência de área de ensino/formação, no Agrupamento em Oleiros. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial ao requerente, de que embora a educação continue a merecer especial atenção e a marcar um forte investimento, reflexo da prioridade e da importância que a autarquia confere a esta área, certo é que, a educação é um factor competitivo e as crianças e jovens são o futuro do concelho. A par disso, a Autarquia tem vindo a apoiar e a investir na educação, na prestação de apoios sociais. Entre outros, ao nível das refeições escolares gratuitas para os alunos dos jardins de infância e 1º. Ciclo, e transporte gratuito para alunos até ao 12º. Ano do concelho e a estudantes oriundos de famílias carenciadas do concelho que estudem na Sertã, bem como aos alunos que frequentam a APPACDM. Contudo, o Município não possui regulamento que estabeleça normas para compensar a qualquer título alunos que frequentem cursos profissionais, nomeadamente os jovens que escolheram Castelo Branco para obter nova e melhor formação, pelo que de momento não é possível atribuir qualquer auxílio económico. Não irá, no entanto descurar, num futuro próximo, um estudo que contemple assegurar, para além do já estabelecido, medidas dessa natureza que permitam tornar o mais solidário, competitivo e atractivo para os concelhos limítrofes, os jovens na obtenção de maiores habilitações que permitam a estes a integração no meio social.-----

### **5.3 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARTES MARCIAIS -----**

Foi presente ao executivo o ofício proveniente da Associação Nacional de Artes Marciais, datado de oito de Outubro corrente, solicitando a disponibilidade da Autarquia na cedência de um espaço para levar a efeito aulas regulares da prática de karate, mediante a celebração de um protocolo. A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, informar a requerente, que sempre foi princípio da Autarquia manter ou colaborar com todas as Instituições estatais ou particulares, prestigiando as relações profissionais e institucionais dentro do espírito da seriedade, isenção, transparência e respeito. É também reconhecido publicamente o esforço



continuado que os clubes federados ou não, dedicam à implementação do desporto, inúmeras vezes em substituição do próprio Estado, constituindo mesmo, em muitas circunstâncias, o único meio de ocupação dos tempos livres dos jovens. Reconhecida a importância deste desenvolvimento é também competência do Município assumir o papel dinamizador das colectividades locais e promover a cooperação assente numa base de diálogo e concertação entre os diversos intervenientes, tendo em vista manter o associativismo como um espaço de afirmação de cidadania, de valorização humanista e de vivência democrática. A Autarquia está assim disponível para neste espírito colaborar com a Instituição, no intuito de estudar e viabilizar a celebração de um protocolo tendo em vista ceder um espaço para que torne viável a criação de uma escola de karate em Oleiros, devendo para efeitos de apreciação, enviar uma minuta tipo do protocolo. -----


#### **5 – APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----**

De acordo com o disposto no nº. 3 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

#### **6 – CONCLUSÃO DA ACTA -----**

E não havendo outros assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, encerrada a reunião, eram treze horas e quinze minutos, de que para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Filipe Luís Ribeiro Mendes, que a secretariei. -----

O Presidente da Câmara,



O Secretário,

